

## EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Para responder às questões de 1 a 5 leia o artigo “Comunidade, identidade, diálogo, potência de ação e felicidade: fundamentos para educação ambiental”<sup>1</sup>.

Para responder as questões de 6 a 10 leia o artigo “O Método Oca de Educação ambiental: fundamentos, e estrutura incremental”<sup>2</sup>.

Para responder as questões de 11 a 14 leia o artigo “De Tbilisi a Thessaloniki: a educação ambiental no Brasil”<sup>3</sup>.

Para responder as questões de 15 a 17 leia o artigo “Do diversionismo cotidiano às Políticas Públicas Nacionais e Internacionais voltadas a enfrentar as Mudanças Climáticas: a formação do educador ambiental popular”<sup>4</sup>.

Para responder as questões 18 a 22 leia as “Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental”<sup>5</sup>.

Marque com um X as afirmações corretas, considerando que pode haver mais de uma em cada questão. Você pode escolher 20 questões para responder e deixar de responder duas.

---

<sup>1</sup>SORRENTINO, Marcos et al..Comunidade, identidade, diálogo, potência de ação e felicidade: fundamentos para educação ambiental. In: SORRENTINO, Marcos (org.). *Educação Ambiental e Políticas Públicas: Conceitos, Fundamentos e Vivências*. 1ª ed. Curitiba: Appris, v. 1, 2013.

<sup>2</sup> OCA. O "método Oca" de educação ambiental: fundamentos e estrutura incremental. *Ambiente & Educação*. Revista de Educação Ambiental Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental Universidade Federal do Rio Grande – FURG. Volume 21, número 1, 2016. Dossiê Temático Fundamentos da Educação Ambiental.

<sup>3</sup> SORRENTINO, Marcos. De Tbilisi a Thessaloniki: a educação ambiental no Brasil. In: CASCINO, Fábio; JACOBI, Pedro; OLIVEIRA, José Flávio de (orgs). *Educação, Meio Ambiente e Cidadania: reflexões e experiências*. São Paulo (SP)Secretaria de Estado de Meio Ambiente/Coordenadoria de Educação Ambiental, 1998.

<sup>4</sup>SORRENTINO, Marcos. Do diversionismo cotidiano às Políticas Públicas Nacionais e Internacionais voltadas a enfrentar as Mudanças Climáticas: a formação do educador ambiental popular. In: *AmbientalMenteSustentable.Revista Científica Galega-Lusófona de Educação Ambiental*. Revista Semestral, Ano I, nº 1-2. junho a dezembro, 2006.

<sup>5</sup> Brasil, Ministério da Educação/Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica: diversidade e inclusão. Brasília: Conselho Nacional de Educação, 2013.

1. A concepção de educação ambiental, expressa no artigo “Comunidade, identidade, diálogo, potência de ação e felicidade: fundamentos para educação ambiental”, compreende:

a necessidade do diálogo, como disponibilidade de abertura ao outro, como exercício profundo de desvelamento.

a busca pela comunidade, “algo cálido e confortável”, como a vida em condomínios fechados.

o conceito de identidade, processo sempre em construção, que exige autoconhecimento.

potência de ação, como ampliação e aprofundamento da consciência sobre os próprios talentos e potencialidades, bem como, da vontade e disposição para agir.

felicidade pode ser um estado transitório ou uma condição de vida.

2. O índice denominado “Felicidade Interna Bruta” (FIB):

é uma alternativa na busca de indicadores de qualidade de vida.

nasceu no Butão, país asiático.

é uma alternativa ao índice denominado PIB.

está estruturado a partir de oito dimensões: bem-estar psicológico, saúde, educação, cultura, ambientalismo, uso do tempo, desenvolvimento humano, consciência cidadã.

seus indicadores contém nove dimensões: bem-estar psicológico, uso do tempo, saúde, educação, diversidade e resiliência cultural, boa governança, vitalidade comunitária, diversidade e resiliência ecológica, padrão de vida para o desenvolvimento holístico.

3. Diz respeito ao conceito de potência de ação:

foi trazido pelo filósofo holandês Erasmo de Rotterdam.

está associado ao filósofo holandês do século XVII Bento de Espinosa.

tem relação com bons e maus encontros.

“é a capacidade de ser afetado pelo outro, num processo e possibilidades infinitas de criação e de entrelaçamento de bons e maus encontros”.

exige tomada de consciência da causa primeira da causa de nossos afetos ou sentimentos.

4. Na concepção dos autores deste artigo, comunidade:

é entendida como sinônimo de localidade geográfica.

é um conceito que nasceu na Sociologia.

é o lugar das relações naturais, não racionais, baseadas em sentimento, como a amizade ou a vizinhança.

é o oposto da ideia de condomínio fechado, que ao invés de fomentar a comunidade, estimula uma maior individualidade.

comunidades aprendentes são espaços que têm uma nova concepção de viver pela partilha, pela cooperação e pela solidariedade.

#### 5. Da construção da identidade:

é um processo que não tem fim ou destino, é sempre um projeto incompleto.

para Ortiz “não existe uma identidade legítima, mas uma pluralidade de identidades, construídas por diferentes grupos sociais em diferentes momentos históricos”.

não é papel da (o) educadora/educador ambiental contribuir para a construção de uma identidade planetária, pois isso pode anular os componentes locais de nossa cultura.

segundo Martin Buber o “eu” se realiza sem o “tu”.

não sofre influência da cultura.

#### 6. Do “Método Oca” pode-se dizer:

é fórmula fixa, uma ordem linear que deve ser respeitada no desenvolvimento de processos educadores ambientalistas

parte de princípios, valores, conceitos e diretrizes da educação ambiental.

é incremental, razão pela qual não existe espaço para soluções individuais.

há inter-relação entre seus doze componentes.

almeja-se com ele contribuir para o adensamento de análises complexas da conjuntura, a enunciação de utopias para o bem viver, visando a sustentabilidade socioambiental.

#### 7. O trabalho com temáticas problematizadoras:

deve partir da realidade local.

exige diálogo.

propicia a emergência de temas geradores.

valoriza a negação do conflito.

oferece elementos para o desenvolvimento de intervenção socioambiental.

8. A realização de um círculo de cultura pressupõe:

valorização da diversidade de saberes.

diálogo e horizontalidade.

que “todos estão à volta de uma equipe de trabalho que não tem um professor ou um alfabetizador, mas um animador de debates que, como um companheiro alfabetizado, participa de uma atividade comum em que todos se ensinam e aprendem”.

que ninguém ensina ninguém e que as pessoas aprendem umas com as outras.

colocar em prática uma das ideias de Paulo Freire.

9. As atividades de mapeamento e diagnóstico:

são da área da Geografia e tem pouco a contribuir nos processos educadores ambientalistas.

possibilitam um conhecimento maior sobre o território, buscando sinergias com a ação proposta.

são etapas iniciais de qualquer processo educador que visa transformar determinada situação, identificando suas causas sociais e naturais.

devem ser incrementais e participativas.

não são neutras, mas fruto de uma escolha politicamente orientada.

10. Da compreensão de política pública:

é somente da alçada de governo, na perspectiva de política pública multicêntrica.

diz respeito à política do cotidiano, à participação coletiva, aos componentes culturais e da subjetividade.

é algo pontual, com fim em si próprio.

deve ser permanente, continuada e envolver a totalidade da base territorial a qual se destina.

incorpora decisões e ações de governo e de outros atores sociais.

11. Os diversos fazeres educacionais voltados à questão ambiental, podem ser classificados, segundo Sorrentino em:

quatro grandes correntes: conservacionista, educação ao ar livre, gestão ambiental e economia ecológica

quatro grandes correntes: conservacionista, preservacionista, educação ao ar livre, economia ecológica.

a corrente denominada “conservacionista” está muito presente nos países desenvolvidos.

a corrente denominada “educação ao ar livre” advém das práticas de naturalistas, escoteiros e participantes de grupos de espeleologia, caminhadas, montanhismo, acampamentos e outras modalidades de esportes e lazer junto à natureza.

na quarta corrente denominada de economia ecológica estão presentes duas vertentes: desenvolvimento sustentável e sociedades sustentáveis.

12. Como temas e objetivos “biológicos” podem ser identificados:

ecossistemas, conservação da biodiversidade e do clima, proteção, conservação e preservação das espécies.

detectar as causas da degradação da natureza.

promoção do autoconhecimento, resgate de valores, sentimentos e tradições.

estimular a participação popular, a formação e o aprimoramento das organizações.

estabelecer as bases corretas para conservação e utilização dos recursos naturais.

13. A Conferência Internacional sobre Meio Ambiente e Sociedade, realizada no ano de 1997, em Thessaloniki, na Grécia:

reforçou a necessidade de formação de professores.

indicou a necessidade da articulação de iniciativas e a multiplicação das interfaces entre as políticas educativas e ambientais.

dela emergiu o Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global.

nela foi elaborada a Carta da Terra.

reafirmou a necessidade de encontros e trocas entre educadores(as) ambientais, para compartilhar experiências e aprofundar os diálogos.

14. Segundo Sorrentino, a partir da avaliação do processo de amadurecimento de diversos projetos de Educação Ambiental (EA), independentemente dos conteúdos que trabalham, eles tendem a:

(X) instigar o indivíduo a analisar e participar na resolução dos problemas ambientais da coletividade.

(X) estimular uma visão global (abrangente/holística) das questões ambientais.

(X) promover um enfoque interdisciplinar que resgate e construa saberes.

(X) possibilitar um conhecimento interativo através do intercâmbio/debate de pontos de vista.

(X) propiciar um autoconhecimento que contribua para o desenvolvimento de valores (espirituais e materiais), atitudes, comportamentos e habilidades.

15. Algumas características básicas desejadas para cada país ou comunidade ter condições de suportar a ampliação da demanda cidadã por cooperar na superação dos problemas socioambientais, são:

(X) mapeamento e diagnóstico participativo do estado da educação ambiental através da criação e/ou fortalecimento de Coletivos Educadores capazes de acolher e potencializar a demanda cidadã.

(X) orientar as ações para uma EA comprometida com a democracia e a vida, refutando qualquer tipo de totalitarismo e voltando-se à totalidade dos habitantes da sua base territorial de atuação, procurando envolvê-los de forma permanente e continuada.

(X) promover processos educacionais sincrônicos nas bases territoriais onde atuam.

(X) ter a EA e recursos para ela previstos em Lei e nos orçamentos plurianuais.

(X) disponibilizar ao grande público informações sobre EA, estimulando a comunicação com finalidades educacionais.

16. Algumas convicções que Sorrentino aponta no texto são:

(X) toda educação, ou é ambiental ou não é educação.

(X) toda ação ambientalista, ou é educadora ou não é ambientalista.

( ) toda educação ambiental, ou é popular ou não é transformadora.

(X) transformar o diversionismo cotidiano, que ilude os nossos sentidos mas não toca fundo os nossos corações, não potencializando as nossas ações para superar os problemas socioambientais locais e globais.

(X) construir políticas públicas nacionais e internacionais capazes de envolver a todos e a cada um dos humanos nesta missão pela vida.

17. Quais são alguns dos componentes que podem contribuir para a existência de um Sistema que promova uma EA permanente, continuada, integrada e junto à totalidade dos habitantes de cada base territorial deste país?

(X) coletivos educadores.

(X) redes de educação ambiental.

( ) órgão gestor e comitê assessor da política nacional de EA .

(X) fundos de apoio a projetos socioambientais.

(X) comissões de meio ambiente e qualidade de vida.

18. A EA é prevista nos seguintes instrumentos legais, fundamentando a proposta das Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) para a EA:

(X) Constituição Federal de 1988, no seu artigo 225.

( ) Lei 6938 de 1981, que institui a Política Nacional de Meio Ambiente (PNMA).

( ) Lei 9394 de 1996, que institui as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB).

(X) Lei 9795/1999 que institui a Política Nacional de EA (PNEA), regulamentada pelo Decreto 4281/2002.

( ) As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica

19. As DCN para a EA estabelecem os seguintes objetivos:

(X) sistematizar os preceitos definidos na Lei da PNEA, bem como os avanços que ocorreram na área para que contribuam com a formação humana de sujeitos concretos que vivem em determinado meio ambiente, contexto histórico e sociocultural, com suas condições físicas, emocionais, intelectuais, culturais;

(X) estimular a reflexão crítica e propositiva da inserção da Educação Ambiental na formulação, execução e avaliação dos projetos institucionais e pedagógicos das instituições de ensino, para que a concepção de Educação Ambiental como integrante do currículo supere a mera distribuição do tema pelos demais componentes;

(X) orientar os cursos de formação de docentes para a Educação Básica;

(X) orientar os sistemas educativos dos diferentes entes federados;

( ) disciplinas a comunicação na área ambiental.

20. A Educação Ambiental, compreendida como construção de conhecimentos, desenvolvimento de habilidades, atitudes e valores sociais, cuidados com a comunidade de vida, justiça e como promotora de equidade socioambiental e proteção do meio ambiente natural e construído:

( ) é construída com responsabilidade cidadã, na reciprocidade das relações dos seres humanos entre si e com a natureza. Não é atividade neutra, pois envolve valores, interesses, visões de mundo e, desse modo, deve assumir na prática educativa, de forma articulada e interdependente, as suas dimensões política e pedagógica.

( ) deve adotar uma abordagem que considere a interface entre a natureza, a sociocultura, a produção, o trabalho, o consumo, superando a visão despolitizada, acrítica, ingênua e naturalista ainda muito presente na prática pedagógica das instituições de ensino.

(X) é componente integrante, essencial e permanente da Educação Nacional, devendo estar presente, de forma articulada, nos níveis e modalidades da Educação Básica e da Educação Superior, para isso devendo as instituições de ensino promovê-la integradamente nos seus projetos institucionais e pedagógicos.

( ) deve ser desenvolvida como uma prática educativa integrada e interdisciplinar, contínua e permanente em todas as fases, etapas, níveis e modalidades, não devendo, como regra, ser implantada como disciplina ou componente curricular específico. Nos cursos, programas e projetos de graduação, pósgraduação e de extensão, e nas áreas e atividades voltadas para o aspecto metodológico da Educação Ambiental, é facultada a criação de componente curricular específico.

( ) A dimensão socioambiental deve constar dos currículos de formação inicial e continuada dos profissionais da educação, considerando a consciência e o respeito à diversidade multiétnica e multicultural do País.

21. São princípios da Educação Ambiental:

(X) totalidade como categoria de análise fundamental em formação, análises, estudos e produção de conhecimento sobre o meio ambiente;

(X) interdependência entre o meio natural, o socioeconômico e o cultural, sob o enfoque humanista, democrático e participativo; pluralismo de ideias e concepções pedagógicas;

(X) vinculação entre ética, educação, trabalho e práticas sociais na garantia de continuidade dos estudos e da qualidade social da educação;



(X) articulação na abordagem de uma perspectiva crítica e transformadora dos desafios ambientais a serem enfrentados pelas atuais e futuras gerações, nas dimensões locais, regionais, nacionais e globais;

(X) respeito à pluralidade e à diversidade, seja individual, seja coletiva, étnica, racial, social e cultural, disseminando os direitos de existência e permanência e o valor da multiculturalidade e pluriétnicidade do país e do desenvolvimento da cidadania planetária.

## 22. A Educação Ambiental nas instituições de ensino, deve contemplar:

(X) abordagem curricular que enfatize a natureza como fonte de vida e relacione a dimensão ambiental à justiça social, aos direitos humanos, à saúde, ao trabalho, ao consumo, à pluralidade étnica, racial, de gênero, de diversidade sexual, e à superação do racismo e de todas as formas de discriminação e injustiça social;

( ) abordagem curricular integrada e transversal, contínua e permanente em todas as áreas de conhecimento, componentes curriculares e atividades escolares e acadêmicas;

(X) aprofundamento do pensamento crítico-reflexivo mediante estudos científicos, socioeconômicos, políticos e históricos a partir da dimensão socioambiental, valorizando a participação, a cooperação, o senso de justiça e a responsabilidade da comunidade educacional em contraposição às relações de dominação e exploração presentes na realidade atual;

(X) incentivo à pesquisa e à apropriação de instrumentos pedagógicos e metodológicos que aprimorem a prática discente e docente e a cidadania ambiental;

( ) estímulo à constituição de instituições de ensino como espaços educadores sustentáveis, integrando proposta curricular, gestão democrática, edificações, tornando-as referências de sustentabilidade socioambiental.

Gabarito:

